GVMUN

CONSELHO EUROPEU

A CRISE DOS REFUGIADOS: DEFININDO OS CAMINHOS PARA A SEGURANÇA

Sumário

1 INTRODUÇÃO… **2**

1.1 Apresentação e Orientações Gerais…. 2

1.2 Histórico e Escopo: Conselho Europeu e suas funções…. 3

1.3 Terminologia. 5

1.4 Apresentação do Tema…. 6

2 EUROPA, MIGRAÇÃO E REFÚGIO… 9

2.1 Debate sobre o tema…. 9

2.2 Brexit…. 10

2.3 Regras de migração na União Europeia…. 11

3 DOSSIÊ: APRESENTAÇÕES DAS POLÍTICAS EXTERNAS… **13**

3.1 Estados-membros…. 13

3.2 Organizações Internacionais… 18

4 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS… **20**

1. Introdução

1.1. Apresentação e Orientações Gerais

Caros delegados,

Desejamos aos senhores boas vindas ao Getúlio Vargas Model United Nations (GVMUN) e, mais precisamente, ao **Conselho Europeu - A crise dos refugiados: Definindo o caminho para a segurança**.

O comitê contará com quinze delegações, dentre as quais há treze países - os quais, na sessão de apresentação dos Estados-membros do Conselho Europeu, estão denotados em negrito - e duas organizações: a União Europeia e Anistia Internacional.

Apresentamos neste guia de estudos uma sucinta exposição das políticas externas dos Estados e organizações presentes no comitê para auxiliá-los na compreensão mais ampla do cenário abordado. É fortemente recomendado, entretanto, que o delegado busque informações adicionais a respeito de países aliados e com os quais possui posições divergentes, além de, principalmente, informar-se detalhadamente sobre os posicionamentos da própria delegação, a fim de que possam desenvolver argumentos ricos e bem objetivados.

Ao longo do guia, vocês perceberão que colocamos algumas perguntas motivacionais para direcionar melhor os seus estudos, de modo que o guia está bem amigável e didático - porém rigoroso quanto ao seu conteúdo, conceitos e fidelidade à História e conjunturas políticas apresentadas.

Os senhores também terão acesso ao Guia de Estudos oficial da simulação e a um modelo de Documento de Posição Oficial (DPO). Esperamos que essa experiência possa lhes ser proveitosa para aprendizado e, claro, seja divertida e muito agradável. Bons estudos a todos, e que as articulações comecem

Atenciosamente,
Os diretores

1.2. Histórico e Escopo: Conselho Europeu e suas funções

No contexto político e econômico pós Segunda Guerra Mundial, visando à atenuação da tensão geopolítica e ao estímulo de cooperações econômicas entre países vizinhos, acordou-se, em 1952, a

criação da Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (CECA), composta pela Bélgica, Países Baixos, Luxemburgo, França, Alemanha e Itália - a então denominada "Europa dos seis". Posteriormente, com o Tratado de Roma, no ano de 1957, instituiu-se o Mercado Comum Europeu, a partir do qual houve progressiva adesão de outros países ao acordo e consecutiva expansão de suas funções, a exemplo de zona de livre circulação de mercadorias e serviços.

Em dezembro de 1974, na Cimeira de Paris, é criado o Conselho Europeu (CE), com a finalidade de proporcionar um ambiente de debate aos Chefes de Estado dos países-membros do grupo. É ultimamente no ano de 1992, com o Tratado de Maastricht, em que a comunidade é oficialmente denominada União Europeia, destacando-se como o único exemplo atual de união econômica e monetária no planeta, bem como extensa área de irrestrita circulação de seus cidadãos - com exceção da Irlanda e do Reino Unido, ausentes na firma de tal resolução (Acordo de Schengen, em vigor a partir do ano de 1995). Tal fato torna-se interessante objeto de estudo para nós neste comitê, ao passo que é válido o seguinte questionamento: **quais as implicações de um espaço de livre circulação de pessoas entre países? Há discriminação quanto a pessoas oriundas de regiões diferentes?**

O Conselho Europeu é o maior órgão da União Europeia (UE). Como previamente citado, é composto pelos chefes de Estado ou Governo de cada país e presidido pelo presidente do Conselho, Donald Tusk, e configurado por uma agenda denominada "agenda estratégica", para estruturação dos tópicos prioritários de discussão do bloco, e obtenção das "conclusões do Conselho", sempre identificando questões concretas e medidas específicas a se orientarem aos Estados-membros. Há ao menos duas assembleias semestrais.

O órgão não adota legislações nem negocia acordos, de modo que não é considerado um órgão legislativo. Contudo, as agendas e objetivos determinados pelo CE têm de ser devidamente seguidos pelos países, para futuras negociações de tratados, legislações, etc. Assim, o Conselho pode trabalhar conjuntamente com o Parlamento Europeu, órgão legislativo da UE e cujo número de representantes por país é proporcional ao seu tamanho.

Quando os dois órgãos trabalham juntos, esse processo é chamado de "codecisão", sendo utilizado nos domínios de ação em que a UE tem competência exclusiva ou partilhada com os Estados-Membros. Nestes casos, o Conselho legisla com base em propostas que lhe são apresentadas pela Comissão Europeia.

O Conselho também é responsável pela coordenação das políticas das nações em domínios específicos, tais como políticas econômicas orçamentais, educacionais, referentes à cultura, juventude e à política de emprego.

Além disso, celebra acordos internacionais e adota orçamento da UE. Sendo assim, é a entidade responsável por conferir mandato à Comissão Europeia para negociar com países terceiros e órgãos internacionais, bem como por ratificar ultimamente todos os acordos da União, depois de serem passados pelos parlamento e autenticados previamente pelos países.

Por fim - e sob maior foco no que diz respeito às sessões que ocorrerão neste comitê -, o CE elabora a política externa e de segurança do bloco, executada pelo Conselho dos Negócios Estrangeiros (CNE). Incluem-se também neste âmbito a ajuda ao desenvolvimento e a ajuda humanitária da UE, a defesa e o comércio.

A deliberação é feita por maioria simples (15 membros votam a favor), maioria qualificada (55% dos países vota a favor) e por unanimidade (todos votam a favor) e só será votada a conclusão se ao menos metade do conselho estiver presente.

A União Europeia e, por conseguinte, o CE, tem, na atualidade, vinte e oito Estados-membros[1]. São eles, por ordem alfabética:

1. **Alemanha**
2. **Áustria**
3. Bélgica
4. **Bulgária**
5. **Chipre**
6. **Croácia**
7. Dinamarca
8. Eslováquia
9. Eslovênia
10. **Espanha**
11. Estônia

[1] A saída do Reino Unido do bloco, a denominada BREXIT, está ainda em processos de oficialização. Abordaremos esse tema posteriormente.

12. Finlândia
13. **França**
14. **Grécia**
15. **Hungria**
16. Irlanda
17. **Itália**
18. Letônia
19. Lituânia
20. Luxemburgo
21. Malta
22. **Países Baixos**
23. Polônia
24. **Portugal**
25. **Reino Unido**
26. República Tcheca
27. Romênia
28. Suécia.

1.3. Terminologia

Antes de iniciarmos as sessões é importante a diferenciação entre os termos 'refugiado' e 'migrante', a fim de distinguir as razões do deslocamento de cada indivíduo. Dessa forma, é possível criar uma política mais eficaz na ajuda humanitária que se faz indispensável e evitar problemas de segurança e estrutura social.

Os **refugiados** são pessoas que escaparam de conflitos armados ou perseguições. Com frequência, sua situação é tão perigosa e intolerável que devem cruzar fronteiras internacionais para buscar segurança nos países mais próximos, e então se tornarem um 'refugiado' reconhecido internacionalmente, com o acesso à assistência dos Estados, do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR) e de outras organizações. São reconhecidos como tal, precisamente porque é muito perigoso para eles retornar ao seu país e necessitam de um asilo em algum outro lugar. Para estas pessoas, a negação de um asilo pode ter consequências vitais.

Os **migrantes** escolhem se deslocar não por causa de uma ameaça direta de perseguição ou morte, mas principalmente para melhorar sua vida em busca de trabalho ou educação, por reunião familiar ou por outras razões. À diferença dos refugiados, que não

podem voltar ao seu país, os migrantes continuam recebendo a proteção do seu governo. Assim, são definidos como qualquer pessoa que muda de região ou país. Nesta categoria encontram-se os **imigrantes**, definidos como aqueles que chegam a uma determinada região ou país, e os **emigrantes**, aqueles que deixam seu local de nascimento.

Ter a percepção de um problema externo que faz com que pessoas saiam do seu país contra a sua vontade é importante para recorrer à comunidade internacional e buscar a origem dos fluxos e problemas de busca de refúgio.

1.4. Apresentação do Tema

"We are facing the biggest refugee and displacement crisis of our time. Above all, this is not just a crisis of numbers; it is also a crisis of solidarity."[2]

Ban Ki-Moon, Secretário-Geral das Nações Unidas.

"The simple truth is that refugees would not risk their lives on a journey so dangerous if they could thrive where they are."[3]

Melissa Fleming, agente da ACNUR.

O planeta encontra-se diante da mais grave crise de refugiados desde a II Guerra Mundial. De acordo com a ACNUR, 1 em cada 113 pessoas no mundo é solicitante de refúgio, deslocada interna ou refugiada (junho de 2016). No continente europeu, especialmente, a situação tornou-se extremamente grave: os países receberam mais de 1,2 milhão de pessoas em 2015. Tal fato mobilizou os governantes e trouxe à tona, novamente, a discussão na sociedade acerca de como receber os estrangeiros que continuam chegando ao continente.

A maior parte dos refugiados que chegam à Europa vem do Oriente Médio e da África, fugindo de conflitos internos, guerras, perseguições políticas e violações dos direitos humanos, com destaque às consequências da denominada **Primavera Árabe**, uma série de

---

[2] "Estamos enfrentando a maior crise de refugiados e má alocação dos tempos atuais. Acima de tudo, esta não é apenas uma crise de números, mas também uma crise de solidariedade". Tradução livre.

[3] "A simples verdade é que os refugiados não arriscariam suas vidas numa jornada tão perigosa se pudessem prosperar onde estão". Tradução livre.

protestos contra governos ditatoriais em países do Oriente Médio e do norte africano, iniciada em 2011 e da qual fizeram parte protestos na Síria, que, dentre outros fatores, desencadearam uma guerra vigente até os dias de hoje, tomando proporções internacionais e sendo, atualmente, o maior evento gerador de deslocamentos humanos no mundo.

Tabela 1: Nacionalidades mais comuns de chegada ao Mediterrâneo desde Janeiro de 2016

País de origem	Fonte	Data		População
Síria	*UNHCR*	31 Mar 2017	21.2%	83,760
Afeganistão	*UNHCR*	31 Mar 2017	10.6%	42,009
Nigéria	*UNHCR*	31 Mar 2017	10.3%	40,747
Iraque	*UNHCR*	31 Mar 2017	7.1%	28,252
Eritreia	*UNHCR*	31 Mar 2017	5.4%	21,295
Guiné	*UNHCR*	31 Mar 2017	4.4%	17,356
Costa do Marfim	*UNHCR*	31 Mar 2017	4.2%	16,470
Outros	*UNHCR*	31 Mar 2017	4.0%	15,981
Gâmbia	*UNHCR*	31 Mar 2017	3.8%	15,024
Outros	*UNHCR*	31 Mar 2017	3.2%	12,521

Fonte: ACNUR (2017).

Tabela 2: Pedidos de refúgio registrados na UE-28 na última década

Fonte: Eurostat (2017).

Especialistas dividem as travessias do mar Mediterrâneo em direção à Europa em três grandes rotas: a do Mediterrâneo central, que parte da Líbia e cujo destino principal é a Itália, mais especificamente, a Ilha de Lampedusa, com proximidades à costa africana; a do Mediterrâneo Ocidental, partindo de Marrocos, Tunísia e Argélia visando a desembarcar na costa espanhola e, por fim, a rota do Mediterrâneo oriental, que faz a ligação entre a Turquia e a Grécia, sendo esta a rota mais utilizada.

A travessia, contudo, tem muitos riscos, de modo que muitos não conseguem chegar a seu destino final. De acordo com a Organização Internacional para as Migrações (OIM), 3.771 indivíduos morreram em suas tentativas de deslocamento marítimo em 2015 e, segundo a ACNUR, apenas no início deste ano, até o dia 28 de abril de 2017, já há 1092 mortos e/ou desaparecidos e 41.713 pessoas arriscando suas vidas para chegar à Europa pelo mar. Dentre elas, 938 alegaram medo de que seus barcos afundassem.

Àqueles que de forma segura conseguem atingir o continente, há ainda outros problemas: muitos têm de atravessar países - onde não são bem recebidos - até a chegada à nação objetivada, obtendo de diversos governos a xenofobia e racismo como resposta, alguns, inclusive, respondendo com medidas extremas, a exemplo de prisão e deportação.

A fim de proteger seus territórios, os governos estão revendo os termos do **Acordo de Schengen** - acordo que libera a circulação de pessoas entre os países signatários - e da **Regulação de Dublin**, que é responsável pela política de concessão de asilo dentro do Bloco.

Organizações defensoras dos direitos humanos e centros de pesquisas sobre migrações declaram-se contra os planos de deportação dos governos e apontam que a crise dos refugiados não se relaciona à capacidade de a Europa receber essas pessoas, mas sim que seu real motivo seria político, já que as nações não se entendem quanto à adoção de uma possível política comum de recepção dos refugiados.

2. Europa, Migração e Refúgio

2.1 Debate sobre o tema

Como os governos europeus estão reagindo à questão?

Não há uma resposta unificada dos governos. Alemanha e Suécia, por exemplo, têm se mostrado receptivas aos refugiados. Por outro lado, Hungria e Reino Unido defendem um número limite de refugiados e políticas de deportação. Outros têm alertado refugiados que não estão preparados para recebê-los. Este é o caso do governo da Dinamarca, que publicou anúncios em três jornais libaneses pedindo para que eles não se dirijam para o país.

O bloco busca um entendimento sobre esta questão?

Sim. O presidente da Comissão Europeia, Jean-Claude Juncker, pediu na quarta-feira 9 aos países da UE que recebam 160 mil refugiados e adotem ações "corajosas" para responder à mais grave crise migratória em décadas na Europa. Diante do Parlamento Europeu, Juncker disse que vai avançar com uma proposta que prevê a distribuição com "urgência" e com carácter "obrigatório" de mais 120 mil refugiados, além dos 40 mil já propostos, que hoje estão espalhados pela Hungria, Itália e Grécia. Conforme adiantou o jornal inglês Financial Times, a proposta irá prever multas para os países que rejeitem a sua cota. Segundo a ONU, a Europa deveria receber 200 mil refugiados.

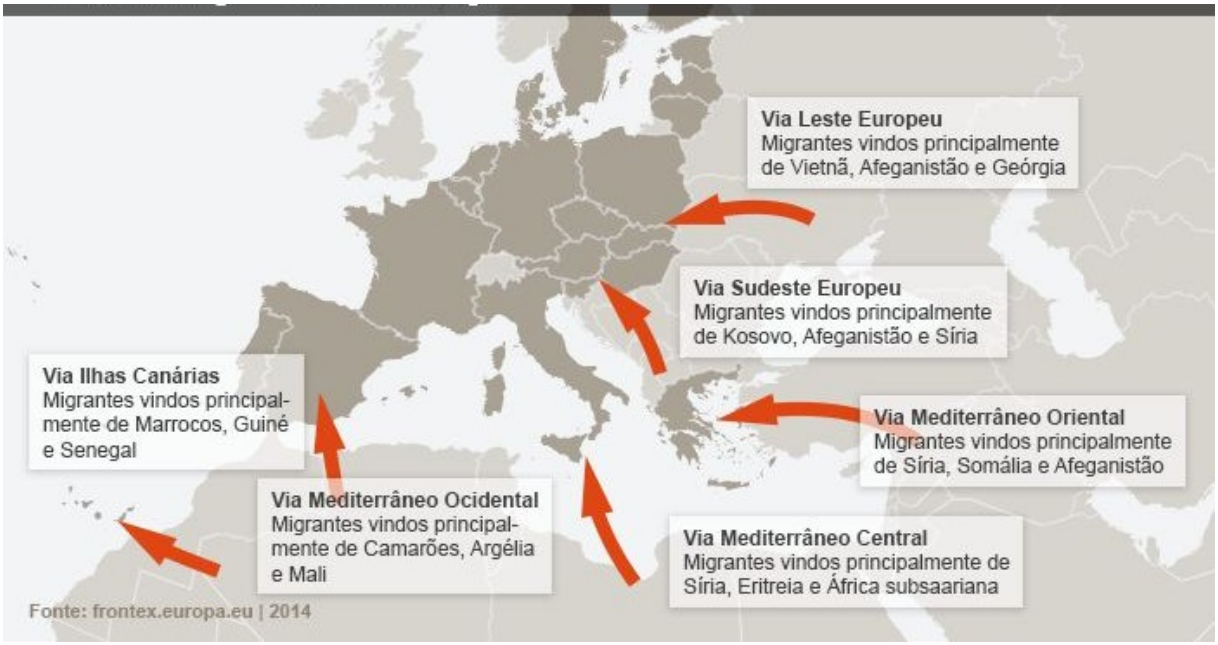
Quais os países mais procurados pelos refugiados na União Europeia?

A maioria dos candidatos de asilados que chegaram à Europa nos últimos meses tem buscado países que pouco sofreram com a crise econômica, como Alemanha, Áustria e Suécia. Em 2014, os Estados-membros da União Europeia aceitaram 184 mil pedidos de asilo, segundo a Eurostat. O país líder na aprovação deste pedido é a Alemanha, com 47 mil pedidos aprovados, seguida por Suécia (33 mil), França (20 mil), Itália (20 mil), Suíça (15 mil) e Grã-Bretanha (14 mil).

Quais são as principais rotas de migração?

As principais rotas de migração na atual crise são por barcos no mediterrâneo, conforme abordado no item 1.4, e pelo leste europeu. No mediterrâneo onde os refugiados chegam de pelo mar, a rota mais ao oeste é pelo estreito de gibraltar, seguido pela rota para a Itália e ao leste do mar a chegada na Grécia. No leste os principais pontos estão na chegada terrestre à Grécia pelos balcãs, e mais ao norte a chegada pela Polônia.

Figura 1: Rotas dos refugiados rumo à Europa



Fonte: UE (2014).

2.2 Brexit

'Brexit' é a abreviação das palavras em inglês Britain (Grã-Bretanha) e exit (saída). Designa a saída do Reino Unido da União Europeia.

No dia 23 de junho de 2016 os Britânicos foram às urnas decidir, por meio de um plebiscito, se o Reino Unido permaneceria ou sairia da União Europeia.

O Reino Unido aderiu à Comunidade Econômica Europeia (CEE), nome dado ao bloco anterior a 'União Europeia', em 1973 e, dois anos depois, após renegociar suas condições, realizou um referendo sobre a sua permanência. A integração foi aprovada por

67% dos eleitores. Numa época em que o Reino Unido sofria com o declínio industrial, inflação e distúrbios decorrentes de greves trabalhistas, o então premiê Harold Wilson conseguiu vender o projeto europeu como benéfico para a economia do país.

Mas quando a área de Schengen, estabelecendo uma fronteira comum, foi criada, o Reino Unido optou por manter-se à margem. E apesar de integrar desde 1993 o mercado único e a livre circulação de bens e pessoas, o Reino Unido optou por não adotar o euro, mantendo sua própria moeda, a libra esterlina.

Há anos, o país mantém com a UE uma relação complexa, permeada por temas como centralização versus controle nacional. O tema econômico também sempre foi central nessa relação. Um dos argumentos pela separação, aliás, é o de que a economia britânica de hoje é muito mais criativa e dinâmica que a dos anos 1970 e que estas duas características são prejudicadas pela burocracia de Bruxelas.

No início de 2016, o então premiê David Cameron renegociou "condições especiais" para o Reino Unido dentro da união. Entre outros privilégios, o país recebeu garantias de que não seria discriminado por não integrar a zona do euro, obteve proteções para a cidade londrina - o mercado financeiro mais importante da Europa - frente a regulações financeiras do bloco, e ganhou o direito de limitar os benefícios que imigrantes europeus podem pedir no país. Entretanto, ainda assim, houve preferência de 51% da população por deixar o bloco. A decisão recebeu muitas críticas, não somente pelo fato de que alguns alegam não ter sido a melhor escolha em termos econômicos, mas também por sugerir uma implícita xenofobia presente na mentalidade dos cidadãos britânicos favoráveis à saída, visto que o não pertencimento à UE poderia ser mais um fator dificultador da entrada de refugiados na região.

2.3 Regras de migração na União Europeia

I. Acesso à União Europeia

Atualmente, existe na legislação da UE para a aceitação e permanência de imigrantes com a intenção destas categorias:

i. Trabalhadores altamente qualificados (Regime Cartão Azul UE);

ii. Estudantes;

iii. Estagiários não remunerados, estudantes e trabalhadores voluntários;

iv. Investigadores.

No momento a iniciativa é ampliar a legislação de permanência. Foram apresentadas no Plano de Ação da UE sobre Migração Legal, de 2005, e reafirmadas no Programa de Estocolmo, entre as quais se incluem Diretivas UE relativas a:

v. Trabalhadores sazonais;

vi. Funcionários de empresas multinacionais que desejam deslocar-se para uma sucursal situada num país da UE.

Em dezembro de 2011, foi adotada a Diretiva de Autorização Única. O ato introduziu a autorização, para indivíduos que vem a estudo ou trabalho, de residência. Isso significa que os migrantes terão uma simplificação burocrática ao adentraram na EU. O tempo de adaptação dos países foi de 2011 com o prazo até 2014.

II. Permanência na UE

OS cidadãos de resistência legal na UE são tratados com o princípio da igualdade e se beneficiam do estatuto de política de integração da UE. Dessa forma, têm basicamente os mesmo direitos e deveres de um cidadão da UE.

III. Política de vistos

O Espaço de Schengen é o espaço onde vigora o acordo de Schengen, que possibilita a livre circulação de pessoas entre os países da União Europeia. Assim, os migrantes têm um visto especial de curta duração, normalmente por 3 meses, para poderem disfrutar da livre circulação.

3. Dossiê: apresentações das Políticas Externas

3.1. Estados-membros Alemanha:

Angela Merkel, primeira-ministra, salientou que os 28 deveriam estabelecer critérios comuns na políticas de imigração, nomeadamente no que se refere à concessão de asilo, que deveria ocorrer de forma proporcionada, solidária e justa. Ela exige uma nova "divisão" dos refugiados. Reintroduz os controles fronteiriços para "conter" o fluxo de refugiados que ela diz não ser capaz de acomodar. O país é partidário de acolher todos os refugiados que fogem das zonas de conflito e solicitam asilo político. O ministro alemão de Finanças propôs a criação de uma espécie de plano Marshall para investir “bilhões de euros” no desenvolvimento econômico de países e regiões onde os conflitos ocorrem, evitando assim a saída maciça de seus cidadãos.

Áustria:

Com a chegada de tantos refugiados, o Governo da Áustria anunciou que vai aumentar para 380 milhões de euros (1,5 bilhão de reais) o orçamento para alojar, alimentar e garantir a saúde de quem pede asilo (quase o dobro do orçamento do ano passado, que chegou aos 200 milhões de euros). Esses suprimentos básicos são oferecidos aos refugiados durante o processo de asilo e, caso esse status seja concedido, por mais quatro meses. Em 2015, onde foram encontrados 71 cadáveres de migrantes em um caminhão, a ministra do Interior, Johanna Mikl-Leitner, anunciou o endurecimento das penas relacionadas aos casos de tráfico de pessoas. Em termos imediatos, serão reforçados os controles a fim de detectar veículos suspeitos. O país integra o grupo que defende a limitação à chegada de imigrantes à União Europeia.

Bulgária:

Está localizada geograficamente em uma das pontas de entrada de refugiados. Tem uma postura equilibrada na questão da imigração e apoia uma solução comum da comunidade internacional sobre os assunto.

Chipre:

O presidente do Chipre, Nicos Anastasiades, rejeitou os termos de uma oferta da UE à Turquia para retomar as negociações de adesão, comprometendo um acordo para enviar de volta os imigrantes que desembarcam nas ilhas gregas. A curta viagem de barco a partir da Turquia tornou-se a rota mais popular para a UE para os migrantes e refugiados. A Turquia concordou em retomar os recém-chegados em troca de concessões da UE, mas Chipre disse que a Turquia terá que concordar com concessões próprias.

Um milhão de migrantes irregulares tomaram a rota marítima da Turquia desde o início de 2015 e vários países ao longo da rota dos Balcãs agiram recentemente para travar o afluxo. A Macedônia fechou seu posto de fronteira grega em Gevgelija, deixando pelo menos 44 mil refugiados, atualmente presos na Grécia.

Croácia:

O primeiro-ministro croata, Zoran Milanovic, anunciou que a Croácia vai encaminhar os migrantes no território para a Hungria. "A Hungria fechou a fronteira com arame farpado, o que não é uma solução, mas a solução também não é que todas estas pessoas fiquem na Croácia", insistiu, criticando violentamente a incapacidade da União Europeia em encontrar uma solução para a crise migratória. Apoia a restrição da entrada de imigrantes.

Espanha:

As moradias preparadas para acolher milhares de imigrantes na Espanha continuam vazias. "O programa europeu de realocação de refugiados é um fracasso absoluto e estrondoso. É ridículo que Estados com grandes capacidades logísticas não tenham acolhido nem a quantidade mínima de pessoas", diz Sanahuja, da Prefeitura de Barcelona.

"A política de refúgio é uma competência do Estado, mas os processos de acolhida e integração das pessoas refugiadas ocorrem no território (regional), onde elas passam por serviços públicos. O problema é que o Estado espanhol não nos informa que refugiados enviarão à Catalunha. Nem quando, nem quantos". A Espanha começou a receber os refugiados vindos de acampamentos localizados em outros países da Europa, da Turquia e Líbano, depois de meses de debate sobre a falta de ação do governo conservador sobre o tema. Até setembro de 2017, o país pretende receber 17 mil refugiados.

França:

“Não podemos aceitar todos os refugiados que chegam à União, que fique claro, porque nos desestabilizaríamos como países”, admitiu Manuel Valls, então primeiro-ministro francês. “Para frear o fluxo de imigrantes temos que encontrar uma solução para a crise síria, mas isso não será algo que acontecerá com rapidez”. “Se quisermos que o Espaço Schengen sobreviva, será preciso proteger as fronteiras externas e dedicar recursos econômicos e humanos a essa tarefa”, advertiu Valls. “Do contrário, Schengen irá parar e desaparecer”.

A França defende a adoção de medidas urgentes, como um acordo com a Turquia para controlar as máfias que ajudam os migrantes a fazerem a travessia marítima, reforçar as fronteiras externas da UE e cumprir os acordos para a distribuição dos refugiados entre os países do bloco. Faz parte do grupo que defende a limitação à chegada de imigrantes à União Europeia.

Grécia:

Está localizada em um ponto estratégico na entrada de imigrantes na Europa. Várias iniciativas foram decididas para melhorar as condições de vida dos refugiados e “aliviar” os moradores das ilhas que recebem a maior parte deste novo fluxo migratório. “Queremos ser parte da solução, não do problema. Mas a cada dia enfrentamos muitas mortes em nossas costas, e não o podemos ignorar”, recriminou o primeiro-ministro grego. “É uma vergonha a incapacidade que a União Europeia está demonstrando em lutar com o que está acontecendo nos nossos mares. Enfrentamos uma crise pan-europeia, na qual precisamos trabalhar juntos e que nos recorda que a UE não pode ser uma união à la carte”.

Hungria:

A Polícia húngara fechou sua principal passagem na fronteira com a Sérvia. Desde o estabelecimento, por Budapeste, de uma cerca de arame farpado na fronteira sérvio-húngara, a passagem pela ferrovia de Röszken era o único ponto de trânsito para quase todos os migrantes que entram Hungria. "Não podemos nos enganar. Esse fluxo não vai acabar no final do ano ou no começo do ano que vem. Isso vai continuar acontecendo por anos”, afirmou Péter Szijjártó, ministro das Relações Exteriores da Hungria.

O primeiro-ministro da Hungria, Viktor Orbán, defendeu que esse fluxo ameaça enfraquecer as raízes cristãs da Europa. Deixou bem claro que os refugiados não são

bem-vindos em seu país. “Por favor, não venham. Fiquem onde estão. Não podemos garantir que vamos recebê-los aqui", disse Viktor Orbán. Budapeste decidiu instalar uma vedação de arame farpado ao longo dos 41 quilômetros de fronteira em terra firme com a Croácia, uma vez que os restantes 330 quilômetros de fronteira entre os dois países são delimitados pelo rio Drave, difícil de atravessar. Foi edificado uma vedação semelhante nos 175 quilômetros de fronteira com a Sérvia, e há a pretensão de proteger sua fronteira com a Romênia.

Itália:

Paolo Gentiloni, atual primeiro ministro da Itália, aparenta tomar uma posição muito mais difícil sobre o problema do que seu colega de partido Matteo Renzi, sob cuja liderança centenas de milhares de migrantes entraram na UE através da Itália.

Uma diretiva de duas páginas teria sido enviada às delegacias de polícia em toda a Itália ordenando que os oficiais aumentassem os esforços para deportar os migrantes econômicos. O documento foi elaborado pelo chefe de polícia Franco Gabrielli e parcialmente publicado no jornal italiano Courier della Sera. Indicando o medo do terror na Europa, a notícia diz que a mudança é importante para lutar "uma crescente pressão migratória e um contexto internacional marcado pela instabilidade e ameaças".

A Itália abrirá 16 centros de detenção para migrantes sob novas regras, onde os detidos permanecerão até que a deportação possa ser organizada. Europhile Matteo Renzi disse que poderia controlar a integração e recusou o investimento em centros de detenção. Mas a diminuição dos deslocados que desembarcaram em ilhas italianas e cenas de caos foram transmitidas através de canais de notícias internacionais.

No ano passado, o número de buscadores de refúgio que chegam de barco aumentou quase um quinto. Mais de meio milhão já chegou à Itália durante um período de três anos - mais do que toda a população da capital toscana Florença. Funcionários disseram que o número de mortos no Mediterrâneo já passou de 4,400 para as pessoas que viajam a perigosa rota da Líbia para a Itália. A rota é agora a mais utilizada, com o registro de 180 mil pessoas em 2016.

Países Baixos:

O primeiro-ministro holandês, Mark Rutte advertiu que, com a chegada da primavera europeia, haverá um maior afluxo de refugiados para a Europa, que levará à instalação de

novos controles de fronteiras nos países da UE e, com isso, o fim dos acordos de livre circulação de pessoas. “A União Europeia tem entre seis e oito semanas” para procurar uma resposta política e salvar o Acordo de Schengen, que possibilita a livre circulação de pessoas entre os países da União Europeia. Segundo suas cifras, 35.000 imigrantes cruzaram o mar da Turquia para a Grécia nas três primeiras semanas do ano, contra 1.200 que chegaram às costas europeias em janeiro de 2015. “Não podemos gerir a chegada de refugiados neste número por mais tempo”, afirmou. “Schengen é um acordo crucial para a UE, mas é evidente que o sistema de Dublin não está funcionando, e precisamos fazer com que funcione antes de matar Schengen”, defendeu.

Portugal:

Entre os países que se posicionam em apoio aos Estados da linha de frente esmagados pelos recém-chegados foi Portugal. Enquanto alguns membros erguiam cercas de fronteira e tentavam sabotar um esquema para transferir refugiados da Grécia e da Itália, Portugal se ofereceu para reassentar até 10.000 pessoas. Esta iniciativa veio apesar da crise da dívida do país que exigiu um doloroso resgate financeiro. Enquanto muitos dos seus parceiros europeus enfrentaram um aumento populista em reação aos retratos da crise dos refugiados, a posição mais acolhedora de Portugal tem recebido um considerável apoio público.

O apelo da Comissão Europeia em 2015 para que os Estados-Membros partilhassem os encargos através de um sistema de cotas essencialmente apresentou ao país um novo desafio. Enquanto Estados-Membros como a Hungria, a Eslováquia, a Polônia e a República Tcheca tentaram destruir o regime de partilha de responsabilidades, Portugal ofereceu exceder a sua cota. O convite original da comissão era que Lisboa recebesse 1.642 refugiados, um total que desde então subiu para 2.951. Portugal respondeu com uma oferta para levar 4.000 refugiados, que posteriormente revisou para cima para 10.000. Analistas acreditam que, em primeiro lugar, é importante que Portugal mostre aos seus parceiros europeus que a solidariedade é fundamental e que a UE é mais do que um órgão econômico e burocrático que controla os orçamentos nacionais.

Reino Unido:

Com o início de negociações para a sua saída da União Europeia, sua tolerância com migrantes é nula. Foram registradas muitas tentativas de entrada no Eurotúnel, que liga a

Europa continental ao Reino Unido. Para reforçar a segurança, França e Reino Unido anunciaram medidas adicionais, como o envio de mais policiais, a instalação de cercas e o uso de cães farejadores.

3.2. Organizações Internacionais

União Europeia:

O bloco vem buscando a criação de uma política única para todos os países, no que diz respeito a direitos e garantia de princípios básicos para os refugiados. "Criação de um pacote de 200 milhões para a recepção de refugiados. O objetivo é ter uma boa gestão da migração legal para a UE, melhorar as medidas de integração para imigrantes e seus familiares e reforçar a cooperação com os respetivos países de origem". Estes objetivos encontram-se identificados no Programa de Estocolmo, um quadro de referência com vista ao desenvolvimento da política de migração da UE de 2009 a 2014.

O objetivo é construir uma Europa "responsável, solidária e aberta a parcerias em matéria de migração e asilo" através de uma "política de migração dinâmica e global". O programa de Estocolmo encoraja a concertação entre a política de migração e outras áreas de ação da UE, como seja o caso da ajuda ao desenvolvimento e as relações com outros países terceiros.

Anistia Internacional:

Crítica ao fechamento de fronteiras da UE, utiliza o termo de 'Fortaleza Europa' e questiona a eficácia da política de segurança para conter atentados e migrantes irregulares frente ao número de vidas perdidas no mar e a fraca ajuda para refugiados que necessitam do asilo europeu. Alega que, no período de 2007 a 2013, a UE gastou 2 bilhões de Euros para proteção e sofisticação de fronteiras, mas apenas 700 milhões para melhorar a qualidade das condições dos refugiados que são acolhidos.

Além disso, vários países europeus financiam países de fronteira como Turquia, Líbia e Marrocos para criar uma espécie de tampão para impedir que mais refugiados cheguem às suas fronteiras e, mesmo assim, as tragédias nos mares acontecem e os países europeus não se engajam para parar com o número crescente de mortes. "A responsabilidade pelas mortes

daqueles que tentam chegar à UE é coletiva. Outros países membros podem e devem seguir o exemplo de Itália e pôr fim a esta tragédia de pessoas morrendo afogadas no mar – basta que fortaleçam os seus esforços de busca e resgate nos mares Mediterrâneo e Egeu", sustenta o diretor do Programa para Europa e Ásia Central da Anistia Internacional.

Ademais, um relatório da organização, que analisa a situação dos direitos humanos em 160 países, aponta que ao menos 30 países devolveram ilegalmente refugiados no ano de 2015. Segundo a ONG, cinco desses países são membros da União Europeia: Espanha, Holanda, Hungria, Grécia e Bulgária.

Por fim, acrescenta-se aos argumentos da organização o discurso de Salil Shetty, seu secretário-geral: "Esta Europa, que é o bloco mais rico do mundo, não é capaz de velar pelos direitos básicos de algumas das pessoas mais perseguidas do mundo. É vergonhoso".

4. Referências Bibliográficas

CONSELHO EUROPEU. **O processo de decisão no conselho**. Disponível em: http://www.consilium.europa.eu/pt/council-eu/decision-making/. Acesso em: abril 2017

CONSELHO EUROPEU. **História**. Disponível em: http://www.consilium.europa.eu/pt/history/?taxId=600&p=1. Acesso em: abril 2017.

CONSELHO EUROPEU. **Conselho dos Negócios Estrangeiros (CNE)**. Disponível em: http://www.consilium.europa.eu/pt/council-eu/configurations/fac/. Acesso em: abril 2017

EUROPEAN UNION EXTERNAL ACTION. **Common Foreign and Security Policy (CFSP)**. Disponível em: https://eeas.europa.eu/topics/common-foreign-security-policy-cfsp_en. Acesso em: abril 2017

EUROSTAT. **Asylum Statistics**. Disponível em: http://ec.europa.eu/eurostat/statistics-explained/index.php/Asylum_statistics. Acesso em: abril 2017

BBC. **Migrant crisis: Cyprus threat to EU-Turkey deal**. Disponível em: http://www.bbc.com/news/world-europe-35812846. Acesso em: abril 2017

Reuters *apud* SAPO. **Hungria termina vedação de arame farpado na fronteira com a Croácia**. Disponível em: http://sicnoticias.sapo.pt/especiais/crise-migratoria/2015-09-19-Hungria-termina-vedacao-de- arame-farpado-na-fronteira-com-a-Croacia. Acesso em: abril 2017

NEWS DEEPLY. **Portugal's Openness to Refugees Makes Demographic and Economic Sense**. Disponível em: https://www.newsdeeply.com/refugees/community/2017/02/10/portugals-openness-to-refugees-makes-demographic-and-economic-sense. Acesso em: abril 2017

EDWARDS, Adrian. **Refugiado ou migrante?** O ACNUR incentiva a usar o termo correto. Disponível em: http://www.acnur.org/portugues/noticias/noticia/refugiado-ou-migrante-o-acnur-incentiva-a-u sar-o-termo-correto/. Acesso em: abril 2017

DEUTSCHE WELLE. **Alemanha espera até 750 mil refugiados em 2015**. Disponível em: http://www.dw.com/pt-br/alemanha-espera-at%C3%A9-750-mil-refugiados-em-2015/a-1865 5564. Acesso em: abril 2017

UNHCR. **Global Trends** - Forced displacement in 2015. Disponível em: http://www.unhcr.org/576408cd7#_ga=1.60171693.1864281274.1493398523. Acesso em: abril 2017

UNHCR. **Mediterranean Situation**. Disponível em: http://data2.unhcr.org/en/situations/mediterranean#_ga=1.104287872.1864281274.149339852
3. Acesso em: abril 2017

UNHCR. **Europe Situation**. Disponível em: http://www.unhcr.org/europe-emergency.html. Acesso em: abril 2017

EL PAÍS. **Crise migratória se intensifica e se espalha pela Europa.** Disponível em: http://brasil.elpais.com/brasil/2015/09/02/internacional/1441183350_554595.html. Acesso em: abril 2017

BBC. **O que é 'Brexit' - e como pode afetar o Reino Unido e a União Europeia?**. Disponível em: http://www.bbc.com/portuguese/internacional-36555376. Acesso em: abril 2017

COMISSÃO EUROPEIA. **O futuro da política de imigração da UE**. Disponível em: http://ec.europa.eu/immigration/quem-faz-o-que/outras-informacoes/o-futuro-da-politica-de-i migracao-da-ue-enquadramento-geral-e-novas-iniciativas_pt. Acesso em: abril 2017

ATUALIDADES: Vestibular + ENEM. Guia do Estudante, São Paulo, ed. 23, 1ºS 2016.